

# **Panorama da inclusão escolar na Cidade de São Paulo: as novas leis propiciam um novo campo de atuação para o AT na escola?**

**Eixo Temático:** A Técnica do AT em seus diversos campos de atuação

## **Autores:**

Paula Buainain Albano

Juliana Vidigal

Taísa Martinelli.

Brasil

## **RESUMO**

Nos últimos anos acompanhamos mudanças significativas na legislação sobre a inclusão escolar, especialmente a partir da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (2012) e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015). Com elas, vai se consolidando o direito das crianças com deficiência a terem um acompanhante especializado, que deve ser oferecido pelas escolas (inclusive particulares), sem qualquer custo adicional para as famílias.

Essas mudanças, que se deram inicialmente num âmbito macropolítico, atingem significativamente o cotidiano das escolas e dos ats que ali atuam. Escolas passaram a formar a sua própria equipe de ats, a contratar ats para compor seu quadro de funcionários e a destacar profissionais da escola para ocupar tal função.

Como, então, pode ser pensado o lugar do AT na escola a partir destas novas diretrizes? Com um olhar voltado para as escolas particulares da cidade de São Paulo, área de atuação do Grupo Laço, este trabalho pretende discutir como esta política está sendo incorporada pelas escolas e que implicações e inovações traz para o campo do AT na escola.

**Palavra-chave:** Acompanhamento terapêutico; inclusão escolar; atualidades; leis.

**Link:** <https://youtu.be/xj-GZYeVclI>

## **Panorama da inclusão escolar na Cidade de São Paulo: as novas leis propiciam um novo campo de atuação para o AT na escola?**

Nos últimos anos temos acompanhado mudanças significativas na legislação sobre a inclusão escolar. Destacamos duas delas: a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (2012), que garante o direito das crianças e adolescentes com deficiência, matriculadas na rede regular de ensino, a terem um acompanhante especializado; e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), que determina políticas públicas em diversas áreas. No que tange à educação, garante o direito da pessoa com deficiência a ter um profissional de apoio escolar, inclusive nas instituições privadas de todos os níveis e modalidades de ensino, e reforça que é vedada a cobrança de valores adicionais em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

Ao mesmo tempo que essas leis são fruto de um longo processo de lutas por direitos no campo da Educação, (sendo um dos primeiros marcos da Educação Inclusiva a Declaração de Salamanca, em 1994), elas trazem novos elementos, como a consolidação do direito das crianças e adolescentes com deficiência a terem um acompanhante especializado, que deve ser oferecido pelas escolas (inclusive particulares), sem qualquer custo adicional para as famílias. Isto é, os custos com a educação inclusiva prestada na rede privada devem ser divididos entre todos.

Traremos, então, algumas reflexões e questionamentos a respeito do modo como observamos que esta política está sendo incorporada por algumas escolas e que implicações e inovações trazem para o campo do acompanhamento terapêutico (AT)<sup>1</sup> na escola. Longe de ser um estudo sistemático que pretende generalizar o impacto destas leis, falamos a partir da nossa experiência no Grupo Laço junto às escolas particulares da cidade de São Paulo, através de dispositivos como o AT, os encontros de formação,

---

<sup>1</sup> Adotaremos neste texto *AT* para designar *acompanhamento terapêutico* e *at* para *acompanhante terapêutico*.

as rodas de conversa sobre Inclusão e a participação nos encontros da Rede das Escolas Inclusivas.

A partir do direito da criança com deficiência a ter um acompanhante especializado, observamos mudanças, movimentos no cotidiano de algumas escolas regulares particulares de São Paulo ao trabalhar com a inclusão, o que incidiu diretamente no campo do acompanhamento terapêutico, difundindo esse tipo de trabalho e ampliando as possibilidades de atuação. Algumas escolas passaram a montar a sua própria equipe de inclusão, a ter um profissional que é responsável pela coordenação da inclusão das crianças e adolescentes; a contratar acompanhantes terapêuticos (at), psicólogos e pedagogos e outras recorreram a assessorias de inclusão. Nos deparamos com profissionais nomeados dos mais diversos modos: acompanhantes pedagógicos, acompanhantes escolares e auxiliares extras de classe. Além disso, há muitos ats que atuam nas escolas e continuam sendo pagos pelas famílias. Isso porque, apesar de ser um direito, nem todas as famílias optam pelo profissional oferecido pela escola e/ou nem todas as escolas se organizaram ainda no sentido de poder garantir esse direito.

Há práticas tão diversas quanto os nomes que citamos antes. O que nós chamamos de AP ou AT podem ser sinônimos ou práticas totalmente divergentes. É preciso ir além das questões sobre a nomenclatura, o at ser contratado ou não pela escola e se é uma profissão ou uma função exercida por outros profissionais. Então, o que caracteriza o trabalho do at na escola? De qual AT estamos falando aqui no Grupo Laço? A seguir apresentaremos alguns princípios que são norteadores da nossa prática ao acompanharmos crianças e adolescentes.

Entendemos o acompanhamento terapêutico como um dispositivo, uma modalidade clínica que pretende acompanhar pessoas em situação de sofrimento intenso e com entraves psíquicos estruturais em sua constituição. Este dispositivo surgiu como mais uma invenção que pudesse colaborar e possibilitar a inserção do sujeito no laço social. Em se tratando do acompanhamento de crianças e adolescentes, muitas vezes esse trabalho se dá no espaço escolar, pois geralmente é nesse ambiente que aparecem impasses nas relações e situações de sofrimento psíquico significativo.

Entendemos que o AT é uma prática diversa, mas é necessário que tenha uma teoria que embase a sua compreensão sobre o sujeito que acompanha. O nosso trabalho como ats é orientado pela ética psicanalítica e tem como premissa a sustentação do desejo de forma viva, tomando o outro como um sujeito desejante. A criança ou o adolescente é escutado em sua singularidade e especificidade e é colocado como protagonista, como alguém que é detentor de um saber.

A postura do at, de se colocar como alguém faltante na relação, como alguém que não sabe de tudo, é o que vai permitir que a criança ou adolescente, junto (e com ajuda) de seu acompanhante, construa novos saberes e novas possibilidades de encontros com o social. Esse fazer junto, estar junto em cenas de muita intimidade no cotidiano, possibilita que o at assuma a posição de um pesquisador auxiliar (Kisil, 2016)<sup>2</sup> e, assim, possa escutar o que existe de mais vital nos interesses de um sujeito e o ajude a transmitir e a produzir um lugar comum no laço com o outro.

Observamos com bastante frequência que o at é “convidado” a ocupar o lugar do especialista, como um profissional que tudo sabe sobre o aluno ou que é o único que tem condições de responder o que o encontro com a diferença pode provocar. As demandas e as encomendas feitas ao at podem aparecer de diferentes formas, desde permanecer por horas excessivas com o aluno acompanhado, até o de dar conta de todo o projeto pedagógico. Nesse sentido, essas encomendas podem ser uma armadilha caso nos identifiquemos nesse lugar, nos responsabilizando e centralizando todo ou quase todo trabalho em nós mesmos. Diante desses pedidos totalizantes, temos como esforço ético manter um posicionamento menos ingênuo em relação às demandas. Ao suprir todos os pedidos e dar conta de tudo, acabamos por tamponar as faltas, deixamos de produzir questionamentos o que impede que a criança ou adolescente e a escola lidem com a possibilidade de se experimentarem sozinhas. Aí temos um problema....

Falando em demandas, há uma delas que é inegociável quando se trata de escola: a aprendizagem. Demanda feita ao AT, para que ajude a

---

<sup>2</sup> KISIL, Izabel. "O acompanhante terapêutico como assistente de pesquisa". In: Julieta Jerusalinsky (org.). "Travessias e Travessuras no acompanhamento terapêutico". Salvador: Ágalma, 2016.

garantir que o aluno aprenda, e demanda feita ao aluno, que dê conta de assimilar os conteúdos dados. Pode-se tomar esse pedido como uma tarefa, em que é necessário fazer adaptações de atividades e de conteúdos, num fazer mais integrativo e menos inclusivo. Quem já não se pegou tentando, a todo custo, ajudar um aluno a entender uma matéria e se deu conta que talvez aquilo não estivesse fazendo sentido para ele? Que talvez em outro momento, uma outra estratégia pudesse ser usada e traria melhores resultados? Então é hora de voltar essa questão para o professor e, juntos, repensarmos a proposta. A relação com o conhecimento pode ser estabelecida de muitas formas e o at pode contribuir muito com a aprendizagem da criança.

O at tem uma posição privilegiada pois tem a oportunidade de construir uma relação de muita proximidade com a criança ou adolescente acompanhado e, assim, vai mapeando alguns pontos: seus temas de interesse, que tipo de atividade lhe faz mais sentido, como constrói o raciocínio numa proposta de interpretação de texto ou de matemática, sobre o que conversa com os demais alunos, para citar alguns exemplos.

Nas palavras de Izabel Abreu Kisil: "*O A.T., deste modo, recolhe o que tem de mais autêntico nos interesses e nas questões de um sujeito e o ajuda a desdobrar tais interesses em uma pesquisa e em um fazer. A condição para isso é a escuta - fazer-se parceiro, acompanhante de um pensamento*" (Kisil, 2016, p. 93). Esta escuta para a relação singular que a criança ou adolescente estabelece com o mundo é matéria prima para o processo de escolarização, na medida em que pode abrir possibilidades para que os interesses do aluno se transformem em saber compartilhado.

Mas como trabalhar com esta escuta de aspectos tão singulares de um sujeito num espaço coletivo por excelência? O que interessa a um pode interessar a todos? Como fica o professor, diante desta relação tão privilegiada que o at constrói com a criança acompanhada? Aqui trazemos mais um alerta. É imprescindível trabalhar em rede, tanto dentro da escola (com funcionários, educadores, coordenação, direção), como com os demais profissionais que atendem a criança ou adolescente (psicólogos, fono, fisioterapeuta, etc.). Precisamos circular os relatos desta experiência de tanta intimidade para que não corramos o risco de ficar numa relação dual, fechada

com a criança. Ao buscar a aproximação com o entorno, apontamos para uma triangulação e, assim, o at se coloca como porta-voz daquilo que vive com a criança. Lembramos aqui da ideia quase clichê, mas não menos importante, do at como ponte, que aproxima e encurta caminhos entre partes que por vezes estão distantes ou isoladas.

Ao se posicionar como um pesquisador auxiliar que opera na cena vivida com a criança ou adolescente é que entendemos que o at desempenha a função de at. Mas não é um pesquisador qualquer. É um pesquisador orientado por uma teoria, que tem uma concepção de mundo e de sujeito que embasa sua prática. Que se posiciona e intervém de modo a propiciar a circulação de questões e reflexões a respeito da relação ensino-aprendizagem, no caso do contexto escolar. Que assume o compromisso de compartilhar aquilo de mais singular daquela criança ou adolescente, aquilo que parte de interesses e desejos e pode se transformar em um saber compartilhável. Que carrega a certeza de que assumir a própria falta faz parte de um posicionamento ético que vai na contramão do "dar conta de tudo".

É desse modo que entendemos o AT. Nesse sentido, as discussões sobre a nomenclatura escolhida para dizer desse profissional convocado para estar na escola ou sobre o formato do contrato entre os envolvidos se tornam secundárias. O que é imprescindível para o AT é que haja um posicionamento ético consistente, que preze por refletir a respeito do norte e dos efeitos de sua prática.

Então, retomando a questão no título do nosso trabalho, se houve a inauguração de um novo campo para o AT a partir das leis mais recentes sobre a inclusão em escolas regulares particulares, podemos dizer que sim. São mudanças que apontam para uma ampliação do campo. Mas isso traz, ao mesmo tempo, novos desafios. Diante do risco de um engessamento da prática pelo aumento da demanda e por novos contratos de trabalho, faz-se necessário ocupar esses novos espaços, se reinventar, mas mantendo os princípios do AT.

## **Panorama de la inclusión escolar en la Ciudad de São Paulo: ¿las nuevas leyes propician un nuevo campo de actuación para el AT en la escuela?**

En los últimos años hemos acompañado cambios significativos en la legislación sobre la inclusión escolar. Destacamos dos de ellas: la Política Nacional de Protección de los Derechos de la persona con Trastorno del Espectro Autista (2012), que garantiza el derecho de los niños y adolescentes con discapacidad, inscrito en la red regular de educación, a tener un acompañante especializado; y la Ley Brasileña de Inclusión de la persona con discapacidad (2015), que determina políticas públicas en diversas áreas. Con respecto a la educación, garantiza el derecho de la persona con discapacidad de tener un profesional de soporte escolar incluso en las instituciones privadas de todos los niveles y modalidades de enseño y refuerza que es vedada la cobranza de valores adicionales en sus mensualidades, anualidades y matrículas en el cumplimiento de esas determinaciones.

Al mismo tiempo que esas leyes son fruto de un largo proceso de luchas por derechos en el campo de la Educación, (siendo uno de los primeros hitos de la Educación Inclusiva la Declaración de Salamanca en 1994), ellas nos traen nuevos elementos, como la consolidación del derecho de los niños y adolescentes con discapacidad a tener un acompañante especializado, que debe ser ofrecido por las escuelas (incluso las particulares), sin cualquier costo adicional para las familias. Es decir, los costos de la educación inclusiva en la red privada deben dividirse entre todos.

Traemos, por lo tanto, algunas reflexiones y cuestionamientos a respecto del modo en que observamos que esta política está siendo incorporada por algunas escuelas y cuales implicaciones e innovaciones traen para el campo del acompañamiento terapéutico (AT)<sup>3</sup> en la escuela. Lejos de ser un estudio sistemático que pretende generalizar el impacto de

---

<sup>3</sup> Adoptaremos en este texto *AT* para designar *acompañamiento terapéutico* y *at* para *acompañante terapéutico*.

estas leyes, hablamos a partir de nuestra experiencia con el “Grupo Laço” junto a las escuelas privadas en la ciudad de São Paulo, a través de dispositivos como el AT, los encuentros de formación, las ruedas de conversación de inclusión y la participación en encuentros de la Red de Escuelas Inclusivas.

A partir del derecho del niño con discapacidad a tener un acompañante especializado, observamos cambios, movimientos en el cotidiano de algunas escuelas regulares privadas de São Paulo al trabajar con la inclusión, lo que incidió directamente en el campo del acompañamiento terapéutico, difundiendo ese tipo de trabajo y ampliando las posibilidades de actuación. Algunas escuelas pasaron a tener su propio equipo de inclusión, a tener un profesional que es responsable por la coordinación de inclusión de los niños y adolescentes; a contratar acompañantes terapéuticos (at), psicólogos y pedagogos y otras recurrieron a asesorías de inclusión. Nos encontramos con profesionales nombrados de los más diversos modos; acompañantes pedagógicos, acompañantes escolares y auxiliares extras de clase. Además, hay muchos ats que actúan en escuelas y siguen siendo pagados por las familias. Esto porque, a pesar de ser un derecho, no todas las familias optan por el profesional ofrecido por la escuela y/o no todas las escuelas todavía se organizaron en el sentido de garantizar este derecho.

Hay prácticas tan diversas cuanto a los nombres que hemos citado antes. Lo que llamamos de AP o AT pueden ser sinónimos o prácticas completamente divergentes. Hay que ir más allá de cuestiones de nomenclatura, el AT ser contratado o no por la escuela y si es una profesión ejercida por otros profesionales. Por lo tanto, ¿qué caracteriza el trabajo del at en la escuela? ¿De qué AT estamos hablando aquí en el “Grupo Laço”? A seguir presentaremos algunos principios que son orientadores de nuestra práctica al acompañar a niños y adolescentes.

Entendemos el acompañamiento terapéutico como un dispositivo, una modalidad clínica que pretende acompañar las personas en situación de sufrimiento intenso y con obstáculos psíquicos estructurales en su constitución. Este dispositivo surgió como otra invención que pudiera colaborar y posibilitar la inserción del sujeto en la sociedad. A respecto del

acompañamiento de niños y adolescentes, muchas veces el trabajo se da en un espacio escolar, pues generalmente es en este ambiente que aparecen problemas en las relaciones y situaciones de sufrimiento psíquico significativo.

Entendemos que el AT es una práctica diversa, pero es necesario que tenga una teoría que justifique su comprensión sobre el sujeto que acompaña. Nuestro trabajo como ats está orientado por la ética psicoanalítica y tiene la premisa de sustentación del deseo de manera viva, tomando al otro como un sujeto deseante. El niño o adolescente es escuchado en su singularidad y especificidad y es puesto como protagonista, como alguien que es poseedor del saber.

La postura del at, de ponerse como alguien faltante en la relación, como alguien que no sabe todo, es lo que va permitir que el niño o adolescente, junto (e con la ayuda) de su acompañante, construye nuevos saberes y nuevas posibilidades de encuentros con el social. El hecho de hacerlo junto, estar junto en escenas de mucha intimidad en el cotidiano, posibilita que el at asuma la posición de un investigador auxiliar (Kisil, 2017) y, así, pueda escuchar lo que existe de más vital en intereses de un sujeto y le ayuda a transmitir y a producir un lugar común en el lazo con el otro.

Observamos con bastante frecuencia que el at es “invitado” a ocupar el lugar del especialista, como un profesional que todo sabe sobre el alumno o que es el único que tiene condiciones de contestar lo que el encuentro con la diferencia puede provocar. Las demandas y los pedidos hechos al at pueden aparecer de diferentes formas, desde permaneceré por horas excesivas con el alumno acompañado, hasta dar cuenta de todo el proyecto pedagógico. En este sentido, los pedidos pueden ser trampas caso nos identificamos en este lugar, nos responsabilizamos y centralizamos todo o casi todo el trabajo en nosotros mismos. Dados estos pedidos totalizantes, tenemos como esfuerzo ético mantener un posicionamiento menos ingenuo en relación a las demandas. Al suplir todos los pedidos y dar cuenta de todo, acabamos por tapar las faltas, dejamos de producir cuestionamientos lo que impide que el niño o adolescente y la escuela traten con la responsabilidad de experimentarse solas. Así, tenemos un problema.

Hablando de demandas, hay una de ellas que es innegociable cuando se trata de escuela: el aprendizaje. Demanda hecha al AT, para que ayude a garantizar que el alumno aprenda, y demanda hecha al alumno, que da cuenta de asimilar los contenidos dados. Se puede tomar esta solicitud como una tarea, en que es necesario hacer adaptaciones de actividades y de contenidos, en un hacer más integrativo y menos inclusivo. ¿Quién ya no se ha intentado, a todo costo, ayudar a un alumno a entender una materia y se dio cuenta que quizá eso no estuviera teniendo sentido para él? ¿Qué tal vez en otro momento, otra estrategia podría ser usada y traería mejores resultados? Entonces es hora de volver esta cuestión al profesor y, juntos, repensar la propuesta. La relación con el conocimiento puede ser establecida de muchas formas y el at puede contribuir mucho con el aprendizaje del niño.

El at tiene una posición privilegiada pues tiene la oportunidad de construir una relación de mucha proximidad con el niño o adolescente acompañado y así, va mapeando algunos puntos: sus temas de interés, que tipo de actividad le hace más sentido, como construye el raciocinio en una propuesta de interpretación de texto o matemática, sobre lo que conversa con los demás alumnos, por mencionar algunos ejemplos.

En las palabras de Izabel Abreu Kisil: “*El A.T., de este modo, recoge lo que tiene de más auténtico en los intereses y en las cuestiones de un sujeto y lo ayuda a desplegar tales intereses en una investigación y en un hacer. La condición para esto es la escucha – hacerse compañero, acompañante de un pensamiento.*”<sup>4</sup> Esta escucha para la relación singular que el niño o adolescente establece con el mundo es materia prima para el proceso de escolarización, en la medida en que puede abrir posibilidades para que los intereses del alumno se transformen en saber compartido.

¿Pero cómo trabajar con esta escucha de aspectos tan singulares de un sujeto en un espacio colectivo por excelencia? ¿Qué interesa a uno puede interesar a todos? ¿Cómo queda el profesor, ante esta relación tan privilegiada que el at construye con el niño acompañado? Aquí traemos una alerta más. Es imprescindible trabajar en red, tanto dentro de la escuela (con

---

<sup>4</sup> KISIL, p.93: "O acompanhante terapêutico como assistente de pesquisa". In: Julieta Jerusalinsky (org.). "Travessias e Travessuras no acompanhamento terapêutico". Salvador: Ágalma, 2016.

funcionarios, educadores, coordinación, dirección), como con los demás profesionales que atienden al niño o adolescente (psicólogos, fono, fisioterapeuta, etc.). Necesitamos circular los relatos de esta experiencia de tanta intimidad para que no corramos el riesgo de quedarse en una relación dual, cerrada con el niño. Al buscar la aproximación con el medio ambiente, apuntamos a una triangulación e, así, el AT se pone como portavoz de lo que se vive con el niño. Recordamos aquí la idea casi cliché, pero no menos importante, del AT como puente, que aproxima e acorta caminos entre partes que por veces están distantes o aislados.

Al posicionarse como un investigador auxiliar que opera en la escena vivida con el niño o adolescente es que entendemos que el AT desempeña la función de AT. Pero no es un investigador cualquiera. Es un investigador orientado por una teoría, que tiene una concepción de mundo y de sujeto que embaza su práctica. Que se posiciona e interviene para propiciar la circulación de cuestiones y reflexiones acerca de la relación enseñanza-aprendizaje, en el caso del contexto escolar. Que asume el compromiso de compartir lo más singular de aquel niño o adolescente, lo que parte de intereses y deseos y puede transformarse en un saber compatible. Que lleva la certeza de que asumir la propia falta hace parte de un posicionamiento ético que va en contra del "dar cuenta de todo".

Así entendemos el AT. En ese sentido, las discusiones sobre la nomenclatura elegida para decir de ese profesional convocado para estar en la escuela o sobre el formato del contrato entre los involucrados se vuelven secundarias. Lo que es imprescindible para el AT es que haya un posicionamiento ético consistente, que prece por reflexionar sobre el norte y los efectos de su práctica.

Entones, retomando la cuestión del título de nuestro trabajo, si hubo la inauguración de un nuevo campo para el AT a partir de las leyes más recientes sobre la inclusión en escuelas regulares particulares, podemos decir que sí. Son cambios que apuntan a una expansión del campo. Pero esto trae, al mismo tiempo, nuevos desafíos. Ante el riego de un enrijecer de la práctica por el aumento de demanda y por nuevos contratos de trabajo, se hace necesario ocupar nuevos espacios, reinventarse, pero manteniendo los principios del AT.

